



SUBSÍDIOS

Movimentos abolicionistas: conexões entre atuações de abolicionistas, escravizados, libertandos e libertos no Brasil – século XIX

Abolitionists movements: connexions between abolitionist actions, enslaved, liberators and freed in Brazil – 19th century

Ênio José da Costa Brito*

Resumo: Esta longa *Nota Bibliográfica* preocupou-se, no primeiro momento, em percorrer o texto apontando os traços básicos de cada artigo, visando realçar a contribuição específica dos mesmos. A razão dessa opção está no fato de “Tornando-se Livre” realizar um amplo balanço da abolição e refletir sobre a aquisição jurídica e formas de liberdade no pré e pós-abolição, apontando tópicos importantes que merecem ser conhecidos dos futuros leitores. Num segundo momento, procuro chamar atenção para alguns tópicos significativos do texto.

Palavras-Chave: Abolição; libertandos; escravizados; Lei do Ventre Livre; projeto de emancipação.

Abstract: This extensive bibliographic note is concerned in going through the text, pointing out the basic features of each essay, in order to highlight each essay specific contribution. The reason for this option is the fact that “Tornando-se Livre” (Becoming Free) carries out a comprehensive review of the abolition process and depicts about the legal acquisition and forms of freedom pre and post-abolition. Following, the work seeks to points out some significant topics in the text.

Keywords: Abolition; freed slaves; enslaved; Law of Free Birth (Rio Branco Law); emancipation project.

Introdução

Tornando-se livre. Agentes Históricos e lutas sociais no processo de Abolição é fruto do convênio de colaboração entre a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e a Universidade Vanderbilt. O livro se propõe fazer um balanço da abolição, refletir sobre a aquisição jurídica e sobre as formas da liberdade¹.

* Professor Titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenador do Grupo de Pesquisa Veredas: O imaginário religioso Brasileiro, reconhecido pelo CNPq. Vice-Coordenador do CECAFRO. Editor da Revista Último Andar.

¹ MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas. *Tornando-se livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição*. São Paulo: EDUSP, 2015. ISBN 978-85-314-1503-6, pp. 480.

Para os organizadores, Tornando-se livre é assim, “em primeiro lugar, fruto de um percurso historiográfico longo e complexo pelo qual passaram tanto os estudos da história social da escravidão como os da história política e social da abolição” (Machado; Castilho, 2015, p. 12).

Para apresentar as novas pesquisas e abordagens a respeito do processo de tornar-se livre no Brasil do século XIX, o livro está organizado em três partes: *Disputando Liberdades; Disputando Liberdades: Histórias de Mulheres com seus Filhos; e Mobilização: Dimensões e Prática.*

Construções de uma saída para a liberdade

Em *Da Abolição ao Pós-Emancipação: Ensaio de alguns caminhos para outros percursos*, Flávio Gomes e Maria Helena P. T. Machado acolhem o desafio de propor “uma avaliação dos caminhos temáticos e percursos historiográficos a respeito do tema, destacando as possibilidades de se elaborar conexões analíticas entre expectativas e percepções de liberdade e autonomia, envolvendo escravos, roceiros, quilombolas e forros antes e depois da abolição” (p. 20). Acolher anseios de escravizados, libertos e libertandos em busca de autonomia implica aprofundar os estudos do tornar-se livre, revelar o cotidiano das ruas, examinar as conexões entre a abolição e o protesto escravo, ter presente o tempo histórico das plantations e suas transformações, considerar os escravizados como atores políticos na construção do movimento abolicionista e não esquecer as dimensões internacionais do abolicionismo no Brasil.

Uma questão pode servir de roteiro para as pesquisas: “o que estava em jogo na última década da escravidão e nos primeiros anos de abolição exatamente no que diz respeito ao trabalho, autonomia e acesso à terra como horizontes da liberdade num mundo sem escravidão” (p. 36). Refletir sobre questões relacionadas à autonomia e à posse da terra abre possibilidade de ligar as experiências dos quilombolas à das roças e a outros fatos que ocorriam no período pré e pós-abolição.

Em *Crimes de Escravos e os Caminhos da autonomia*. Campinas, 1876, Maira Chinelatto Alves tem como objetivo “discutir demandas apresentadas por escravos acusados de crimes contra seus proprietários, por intermédio do homicídio de Manoel Inácio de Camargo por quatro de seus escravos em 1876” (p. 43).

Marcada por transformações e tensões sociopolíticas, a década de 1870 foi palco de uma luta travada em dois eixos: os escravocratas, procurando prolongar a escravidão, e os escravizados, lutando para fazer valer alguns direitos concedidos a

eles por lei. “No entanto, apesar de ameaçada por leis emancipacionistas, que afixavam seu necessário fim... a instituição mantinha grande parte de sua força e a abolição se apresentava como um futuro distante” (p. 43).

Maus tratos, excessivos castigos e ritmo intenso de trabalho levaram os escravizados Benedito, Emiliano, João e Anísio a assassinar o proprietário Manoel Inácio de Camargo no dia 10 de março de 1876. Presos, foram condenados em 17 de junho de 1876. Ocorre que, na década de 80, proprietários e autoridades não conseguiam mais controlar a massa de escravizados. “Assim, o 13 de Maio de 1888 serviu para reconhecer legalmente uma realidade já existente e que estava sendo experimentada por toda a sociedade imperial” (p. 62).

Marília Bueno de Araújo Ariza, em *Comprando Brigas e Liberdade: Contratos de Locação de Serviços e Ações de Liberdade na Província de São Paulo nas últimas Décadas da Escravidão (1874-1884)*, “põe a descoberto aspectos importantes dos caminhos da emancipação e de uma de suas facetas mais duras e ainda pouco estudadas: a compra de alforrias por meio da locação de serviços de libertandos no século XIX” (p. 65). Prática comum ao longo século XIX, formalizada somente em 1871 como expediente de alforrias na Lei do Ventre Livre em seu Artigo 4º: “É, autrossim, permitido ao escravo, em favor da sua liberdade, contratar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete anos, mediante o consentimento do senhor e aprovação do juiz de órfãos” (p. 67). A análise desses contratos revela quão precária era a entrada desses sujeitos no mundo da liberdade - no fundo, eles acabavam impossibilitando libertandos trabalhadores de serem autônomos. Entretanto, para a camada proprietária, era “uma saída cruelmente eficaz para a extensão dos laços da escravidão e para a consolidação de emancipações indenizatórias, custeadas pelos próprios trabalhadores escravizados” (p. 68).

A autora ilustra minuciosamente a dinâmica perversa dos contratos de locação com os casos de insubordinação de Bárbara, José Vilela e Esperança, escravizados dispostos a não se submeter ao domínio de seus locatários.

Thiago Leitão de Araújo, em *Nem escravos, nem libertos: os contratos de prestações de serviço nos últimos da escravidão na Província de São Pedro*, recorre a cartas de alforria, processos criminais, escrituras de transferência de serviços, relatórios de presidentes de província para “investigar qual a qualidade das liberdades concedidas, se traziam ou não perspectivas novas para os libertandos, qual era o papel destes em tal processo, e quais os embates que a partir dessa nova situação informavam as relações tecidas com seus senhores nos derradeiros anos da escravidão sulina” (p. 85).

A província do Rio Grande de São Pedro, especialmente Pelotas, entre 1873-1887, adotou em grande escala o sistema de alforria com prestação de serviços. Alforria que acabava indenizando os senhores pela liberdade outorgada e impedia a conversão imediata do escravizado em trabalhador livre. “A maioria das cartas de alforria da época indica que os escravos deveriam continuar submetidos aos seus senhores, realizando seus trabalhos como até bem pouco tempo faziam” (p. 98). A inclusão de determinadas cláusulas nos termos do contrato, como tratamento sem maus-tratos e castigos aviltantes, era fruto da diuturna resistência dos contratados, seja em Pelotas ou Porto Alegre.

Edson Holanda Lima Barbosa, em “Ela diz ser Cearense”: Escravos retirantes contra as correntes do tráfico interprovincial entre Fronteiras do Norte (1877-1880), discute “o impacto que a seca exerceu sobre o tráfico interprovincial e as posturas tomadas por escravos emigrantes ao estabelecerem zonas de contato e redes de solidariedade em províncias situadas na periferia do Norte do Império” (p.107).

Tendo como pano de fundo as grandes secas do Ceará de 1877 e 1880, mostra o protagonismo desses agentes frente às instituições da escravidão, seus projetos de vida e liberdade, suas teias de solidariedade tecidas ao longo das rotas de fuga. As mais procuradas por escravizados e retirantes eram as províncias do Norte, Pará e Amazonas, passando pelo Piauí, rotas já utilizadas em tempos normais, autênticas fronteiras da liberdade. Os escravizados do Piauí buscavam a fronteira do Maranhão. Eram constantes as reclamações das autoridades maranhenses acerca da falta de controle da circulação de migrantes e do excesso de passageiros nas embarcações. “Escravos fugidos do Ceará metamorfoseavam-se de retirantes para conquistar espaço de liberdade, prática comum ocorreu entre escravos fugidos do Maranhão” (p. 170). Fato que questiona uma visão monolítica que identificava os cearenses migrantes como retirantes. “Por isto, ao encarar sujeitos que viviam experiências entre-lugares e identidades móveis, mobilizadas a partir de posições situacionais, historiografias locais buscam particularidades de homens livres e escravos ‘cearenses’, ‘maranhenses’ ou afins, perdendo de vista experiências em que critérios raciais, de identidade e de origem foram diluídos nas lutas cotidianas de camadas populares” (p. 126).

Resistência de escravas e libertandas

“Apresentar uma reflexão sobre o projeto de emancipação e abolição, de modo a evidenciar a interface entre as relações de gênero e a negativa aos papéis sociais estabelecidos naquele projeto para africanos e afrodescendentes” (p. 129) é o

objetivo de Enidelce Bertin em Uma “Preta de caráter feroz” e a resistência ao projeto de emancipação.

O texto acompanha de perto a história de vida de Maria, uma africana livre que teve seus serviços arrendados a senhores particulares e a estabelecimentos públicos. Ela lutou durante anos pela sua emancipação e pela proteção dos filhos. Maria rompeu com a estrutura de tutela, que controlava o acesso à liberdade, e escancarou o discurso moralizador da política de controle social, rompendo com a submissão com sua negativa constante para o trabalho e a obediência. “A combinação da luta pela emancipação e pela proteção dos filhos confere à trajetória de Maria uma resistência política, pois escancara o significado de tutela dos africanos livres para a preservação da ordem escravista” (p. 141).

Em “*Como escrava e como mãe*”: *Mulheres e Abolição em Havana e no Rio de Janeiro*, Camillia Cowling “explora por que mulheres como essas [Úrsula Canton e Josefa Gonçalves] chegaram a desempenhar um papel importante no processo complexo de emancipação gradual, que estava em curso em ambos os contextos” (p. 144).

Artigo instigante por assumir uma perspectiva comparativa ou transnacional entre dois contextos diferentes; pelo fato do papel específico de mulheres no processo de abolição ser pouco estudado e por ter presente que a escravidão tinha implicações específicas para as mulheres. Na luta pela liberdade, especialmente, depois de 1870, o número de mulheres era bem maior do que o dos homens; elas recorriam à maternidade para reivindicar sua liberdade e a de seus filhos e ainda estabeleciam uma rede de conexões, dando às suas reivindicações um perfil coletivo. “Buscando a liberdade, construíram uma longa tradição feminina de participação no processo de requerer liberdade através de meios oficiais” (p. 158) e, cumulativamente, influenciaram o processo de abolição.

Lorena Féres da Silva Telles discute “as liberdades concretas, vividas ou conquistadas num cotidiano de embate social, e as ‘formas mais ou menos livres de trabalho’ de que as mulheres trabalhadoras participaram, marcadas pela escravidão que se desorganizava” (p. 172) em *Libertas entre contratos e aluguéis: trabalho doméstico em São Paulo às vésperas da Abolição*.

Em geral, relações de trabalho – distantes dos vínculos empregatícios modernos – de dependência e de paternalismo pautavam o contato entre libertas e ex senhores. O espaço doméstico tornara-se para mulheres pobres, livres ou não, um lugar de sobrevivência. “Líderes de suas próprias vidas, mulheres, livres e libertas transitaram entre patrões e sobrados, premidas pela pobreza, mas usufruindo da prerrogativa da

mobilidade para livrarem-se de patrões e de seus maus-tratos, das jornadas de trabalhos extenuantes, para conquistarem aumentos salariais, negociando o direito de terem moradias autônomas, zelando por seus familiares” (pp. 178-179). Assim, superando dificuldades de todos os tipos, elas renovavam a cada dia os horizontes possíveis da liberdade.

Ione Celeste J. de Sousa, em “Porque um Menor não deve ficar exposto à ociosidade, origem de todos os vícios”: tutelas e soldadas e o trabalho de ingênuos na Bahia, 1870-1900, “enfoca experiências de trabalho de ingênuos na Bahia marcadas pela coerção e pelo trabalho forçado, a partir de ações de soldada e tutelas/tutorias” (p. 189).

Sousa apresenta uma vasta documentação mostrando que as práticas de trabalho compulsório vigoraram no pós-abolição até os dez primeiros anos da República. Os defensores do assoldamento afirmavam que “a relação tutor e tutelado, fosse ou não ingênuo da Lei 2040, a Lei do Ventre Livre, não era específica das legislações do elemento servil, e portanto estava fora do alcance da Lei Áurea” (p. 208). Outra justificativa dada para a manutenção da tutela era a possibilidade de se educar os filhos livres das mulheres escravas. Na verdade, poucos senhores cuidavam de fato da educação dos ingênuos, ainda mais que a Lei do Ventre Livre fora omissa quanto à escolarização (p. 198). Ainda assim, muitos tiveram acesso ao letramento e até a escolas públicas.

Elos e continuidades: movimentos abolicionistas e movimentos sociais

O artigo de Ligia Fonseca Ferreira, intitulado De escravo a cidadão: Luiz Gama, voz negra no Abolicionismo, procura resgatar o legado de Luiz Gama: “seus escritos, em cujas malhas textuais transparecem dimensões subjetivas e estratégias discursivas, através das quais o autor se encena, se revela e marca identidade(s) que presidem, não só à enunciação, como à relação com o(s) Outro(s)” (p. 215). O exame de seus escritos possibilita à autora situar Luiz Gama no nascedouro de uma consciência negra; na constituição de um novo ethos e de um sujeito de discurso que traz uma marca indelével - “sou negro” (p. 215). Graças a Luiz Gama – único abolicionista escravizado –, o abolicionismo brasileiro traz no seu DNA a identidade racial. Ele somou sua voz às de outros abolicionistas afrodescendentes, como Ferreira de Menezes, José do Patrocínio e André Rebouças. Esse nós negros, através do “dizer”, “fez” muito pela causa negra. Para Ferreira, frente à singular história de vida de Luiz Gama, corre-se o risco de esquecer o seu legado – “sua voz, sua palavra” –, e transformá-lo num mero

personagem: “em suma, confiná-lo ao papel oposto ao que buscou para si: a autoria e autonomia para (se) dizer e agir, razão pela qual dispensou padrinhos e porta-vozes” (p. 236).

Em *Pacto de tolerância e cidadania na cidade de São Paulo* (1850-1871), Renata Ribeiro Francisco analisa “o sentido que o termo ‘cidadania’ assume no discurso e nas práticas antiescravistas, concebidas pelas sociedades emancipacionistas e pelas lojas maçônicas” (p. 237). O exame dos critérios de alforria adotado pelas instituições Fraternização, Onze Agosto e Redentora e pelas lojas maçônicas América, Amizade e Piratininga, revela que elas operavam com uma concepção conservadora de cidadania. O lugar e o papel do libertando na sociedade era definido aprioristicamente: estar apto para o trabalho e não se envolver em conflitos sociais. Uma velada negociação, um pacto de tolerância entre emancipacionistas e escravocratas permitia que essas instituições atuassem no seio da sociedade escravista. Atuação que, com frequência, gerava conflitos.

Se bom cativo, liberto melhor ainda: escravos, senhores e visões emancipadoras (1850-1888), de José Maria Bezerra Neto, acompanha os debates no Parlamento acerca da questão servil, tendo como pano de fundo o que ocorria na cidade de Belém. Mesmo derrotados no Parlamento, os projetos abolicionistas acabaram contribuindo para explicitar a insuficiência da Lei de 28 de setembro de 1871, que, por razões diversas, recebia críticas de escravistas e abolicionistas. A lei abriu possibilidades para os cativos se alforriarem recorrendo ao pecúlio. O critério racial pesava e muito no momento de se conceder a alforria. “No imaginário senhorial, a emancipação do trabalho escravo constituía-se em chave para a construção de uma civilização nos trópicos, pré-moldada segundo o modelo europeu, no qual não haveria espaço para uma cultura escrava negra e africana, desdenhada pela ótica senhorial e abominada pela lógica civilizadora dos emancipadores e abolicionistas” (p. 276).

Celso Thomas Castilho “esquadrinha as linguagens políticas e as formas cívicas que estimularam os embates com o abolicionismo no Recife” (p. 278) em *Propõem-se a qualquer consignação, menos de escravos: o problema da emancipação em Recife, c. 1870*. Antes da lei de 1871, em inúmeras províncias discutia-se o problema da emancipação, tanto na arena legislativa quanto na política. Práticas cívicas e atuação da imprensa contribuíram para a criação de uma identidade coletiva abolicionista e geraram fortes discussões públicas, contribuindo para mudanças na cultura política da cidade. Preocupado em estabelecer relações desse percurso com as movimentações da década de 1880, o autor resgata as mobilizações ocorrida entre 1860 a 1871, “que englobam abolicionismo legislativo, agência escrava, atividades associativas e iniciativas

judiciais” (p. 287) e peças teatrais envolvendo campanhas de coleta e cerimônias de libertação. Teatro e imprensa mobilizavam a opinião pública, ampliando a narrativa antiescravista, ainda que numa perspectiva conservadora. Para o autor, não pensar esse período como prelúdio dos anos 1880 permite perceber o quanto a movimentação em prol da emancipação contaminava a população.

A Sociedade Libertadora Sete de Setembro, fundada em 07 de setembro de 1869, responsável pela manumissão de cerca de 500 cativos em seus nove anos de existência, tem sua história analisada em *A Sociedade Libertadora Sete de Setembro e o encaminhamento dos Questão Servil na Província da Bahia (1869-1878)*, de Ricardo Tadeu Caires Silva.

Um estatuto de 13 capítulos e 21 artigos regia a vida da mais importante agremiação da Bahia, que reunia profissionais da “boa sociedade”, pessoas honradas e conspícuas da sociedade baiana. De mentalidade elitista, tendo como finalidade concorrer para a extinção da escravatura, defendia uma transição pacífica, ordenada do trabalho escravo para o livre. Seu periódico, *O Abolicionista* (1871) visava esclarecer a opinião pública da necessidade da abolição.

Provida por recursos dos cofres provinciais até 1875, alforriava crianças do sexo feminino, evitando manumissões de escravos adultos, de acordo com a estratégia governamental. Com a Lei de 1871, as atividades da agremiação diminuíram sensivelmente; os escravos, no entanto, continuaram buscando recursos jurídicos junto a ela e nas barras dos tribunais. Na década de 1880, os abolicionistas se distanciaram da postura emancipacionista lenta e gradual, passando a atacar de frente a autoridade moral dos proprietários de escravos. Aprovam e promovem ações de libertação ilegais, como fugas, acointamentos e os quilombos urbanos (p. 313).

Renata Figueiredo Moraes, em *A Abolição do Brasil além do Parlamento: As festas de Maio de 1888*, tem como objetivo “buscar a polissemia e a polifonia da festa de abolição por intermédio de dois casos: a compra da pena de ouro e as festas realizadas para comemorar a liberdade dos escravos” (p. 315). Esses dois fatos mostram que a abolição não foi só um ato de brancos, homens do Parlamento. Além das festas programadas pelos jornais da corte, outras festas foram promovidas pela população, que, a seu modo, celebrava a lei e a liberdade.

As listas de doações para comprar a pena, vindas de todas as partes do Império, visualizavam a heterogeneidade do movimento abolicionista, circunscrito não apenas ao Parlamento e as redações dos jornais, que se uniram para impor um sentido unívoco a abolição: remissão do passado escravista, esquecimento dos efeitos da escravidão e início de uma era de liberdade. Ex escravos celebraram a abolição

expressando costumes e tradições próprias, com cantos, danças, batuques e agradecimentos a São Benedito. As festas receberam sentidos diferentes, também, nos espaços suburbanos. Quando se olha em detalhes os acontecimentos e seus participantes, percebe-se as tensões sociais, políticas e raciais e também as expectativas de liberdade e de mudanças geradas e, por isso, comemoradas.

Na rua, nos jornais e na tribuna: a Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da Abolição, de Cláudia Regina Andrade dos Santos, analisa, numa perspectiva política, as divergências de opiniões, de interesses e ações de membros da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, criada em 1883.

O fato de se ter rotulado o movimento abolicionista de burguês induziu os estudos históricos a silenciarem tanto o forte “debate em torno das ‘reformas estruturais’ quanto [a] ocultar o ativismo político das suas lideranças, que apostou na mobilização popular para a realização dessas transformações sociais” (p. 340). Com o fim da escravidão, representantes da classe média e populares pertencentes às associações e setores da imprensa lutaram para dar continuidade aos projetos sociais e políticos. A Revolta do Vintém despertou o “protagonismo das ruas”, possibilitou a emergência de novas lideranças - Lopes Trovão, José do Patrocínio e Vicente de Souza -, e propagou entre as classes populares ideias abolicionistas e republicanas.

Não havia consenso entre os membros da Confederação Abolicionista acerca da participação popular no âmbito político, daí rupturas e divisões. No entanto, mesmo assim continuaram defendendo as reformas sociais e políticas no pós-abolição. Para a imprensa - *Cidade do Rio, A Rua e a Revista Ilustrada* -, “a revolução estava no ar”. Para a autora, “certos setores do abolicionismo republicano do Rio de Janeiro apoiaram a proclamação da República - realizada de uma forma inesperada também para eles - na tentativa de manter uma voz política e um campo de atuação no novo regime” (p. 364). Com a vitória da “república dos cafeicultores”, a luta abolicionista por estruturas mais democráticas foi derrotada. Para a autora, no entanto, restam alguns desafios para a historiografia: aprofundar tanto os fatores da divisão como a capacidade de articulação dos setores reacionários.

Clícea Maria Augusto de Miranda compartilha com outros historiadores(as) o desafio de se superar as análises superficiais e esparsas sobre a Guarda Negra, formada em sua maioria por capoeiras. Em *Memórias e Histórias da Guarda Negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos*, chama atenção para a “dificuldade de se lidar com os discursos sobre o papel desempenhado pela Guarda Negra, seus integrantes, suas articulações com o poder e a fidelidade à princesa Isabel” (p. 370). Miranda visita um conjunto de autores, colhendo suas visões sobre a natureza da

Guarda Negra e sua ação: para Silva Jardim, ela é uma instituição ilegal, para Medeiros de Albuquerque, uma iniciativa da política da corte, para Osvaldo Orico, uma milícia de terror, para a historiografia em geral, um grupo formado por capoeiras e navalhistas (Carlos Eugênio Líbano), para Roberto D. Junior, uma milícia de perfil religioso organizada ao redor da corte, um grupo orgânico e legítimo para Flávio Gomes e Michael Trochin e, para George R. Andrews, uma organização paramilitar criada por José do Patrocínio. Examinar a organização e a natureza da Guarda Negra é mergulhar em questões de cunho epistemológico, envolvendo pressupostos teóricos, conceituais e ideológicos utilizados pelos historiadores (as).

Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, em *O que pode haver em comum entre navalhistas, capangas e secretas? Rui Barbosa e outros sujeitos no tabuleiro da política do pós-abolição (1889-1919)*, elege como mote do texto a seguinte afirmação: “a partir de episódios da carreira política de Rui Barbosa, esquadrihar como a participação política de certos sujeitos marginais – ‘capadócios’, capangas, marinheiros e secretas – no pós-abolição era interpretada, articulando-se as sobrevivências do passado escravista do Brasil e a origem africana dos sujeitos” (p. 388). Assim, a autora comenta episódios que dão a conhecer um pouco da trajetória política de Rui Barbosa no pós-abolição, explicitando “diversas situações nas quais o passado escravo e a origem africana eram trazidos à cena para marcar a condição sociorracial de personagens distintos” (p. 402).

Com a advento da República, Rui Barbosa aumentou seu prestígio no cenário nacional. Após renunciar ao Ministério da Fazenda, concorreu duas vezes à Presidência da República, a primeira contra Hermes da Fonseca (1909) e a segunda contra Epitácio Pessoa (1919). Perdeu em ambas as disputas. Ao concorrer à Presidência, Rui Barbosa procurou preservar o seu lugar no panteão abolicionista e incorporou à sua agenda a defesa dos direitos sociais e da causa operária. Na eleição 1919, as conferências deram o tom à campanha; seus partidários queriam suprimir a que seria realizada em Salvador por causa do atentado, conhecido como “Carestia de Vida”, perpetrado pelos seus adversários, mas Rui Barbosa a manteve. Para protegê-lo foi criado um grupo, que se autodenominou de “Guarda Branca”, em contraposição aos capangas e secretas.

Abolição: uma questão hemisférica

Maria Clara Sales Carneiro Sampaio, em *Negros sonhos: os projetos de colonização de Afro-Americanos no Brasil e na América Central durante a guerra da Secessão*,

analisa, com base na troca de correspondência diplomática entre os Estados Unidos e países da América Central e do Sul, os “projetos de colonização” propostos durante a Guerra da Secessão (1861-1864) pelo Estados Unidos. Projetos de enviar para regiões das Américas Central e Sul e para as ilhas do Caribe escravos e libertos, na tentativa de esvaziar a tensão social criada ao longo da guerra. No caso do Brasil, não era a primeira vez que isto ocorria: em 1840, Matthew Fontaine Maury objetivava incorporar a região amazônica ao sul dos Estados Unidos. O projeto, de 1862, “pretendia explorar economicamente com trabalhadores de descendência africana a região Amazônica” (p. 417).

Os países da América Central rejeitaram o projeto, receosos do intervencionismo americano e de que ele fosse implementado sem apoio dos governos locais. O Brasil rejeitou o projeto baseado na lei de 1831, que ele próprio não cumpria. Os “projetos de colonização” eram vendidos pelos agentes americanos como possibilidade dada aos negros de inserção social e política. Para autora, “pretendia-se vender aos afro-americanos, à custa dos outros, o sonho americano, só que fora dos Estados Unidos” (p. 427).

“Entender como a dinâmica racial brasileira foi compreendida, reinventada e utilizada no jogo político travado entre abolicionistas e escravistas dos Estados Unidos” (p. 430) é o que move Luciana da Cruz Brito em *Abolicionistas Afro-Americanos e suas interpretações sobre escravidão, liberdade e relações raciais no Brasil no Século XIX*.

O direito à cidadania por parte dos negros passa a ser reivindicado no pós-independência americana. Os debates giravam em torno do preconceito racial, da igualdade e da mistura de raças e emigração. “As teorias do criacionismo, do poligenismo e a condenação da amalgamação serviam para sustentar as crenças de que os negros e brancos, por serem espécies diferentes, não poderiam conviver juntos após a abolição” (p. 440). Abolicionistas afro-americanos como Frederick Douglass e William G. Allen não só questionavam a Escola Americana de Etnologia, como apresentavam o Brasil como o país da integração racial, onde a liberdade de pessoas libertas era reconhecida. “Independente de na verdade haver ou não racismo no Brasil, os abolicionistas afro-americanos se apropriaram do seu exemplo para fortalecer argumentos em defesa da cidadania negra, fazendo-os crer na possibilidade de uma sociedade sustentada em valores realmente democráticos, sem barreiras baseadas na core de pele” (p. 449).

Em *Memória pública comparada da emancipação e da abolição da escravidão: Abraham Lincoln e Princesa Isabel*, Ana Lucia Araújo “examina e compara alguns

monumentos e memórias sobre a abolição nos dois países que destacam as figuras de Lincoln e Isabel” (p. 452).

Gradualmente vem ocorrendo a emergência da memória pública da escravidão, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. A autora exemplifica com o *African Burial Ground* nos Estados Unidos e o Cemitério do Valongo no Rio de Janeiro, e com a incorporação da figura do Grande Emancipador Lincoln e da redentora Isabel pela memória pública. A partir da década de 1980, vem ocorrendo no Brasil um esvaziamento da memória pública de Isabel, com Zumbi dos Palmares passando a ocupar o seu lugar. O mesmo não ocorreu nos Estados Unidos com Lincoln. Para a autora, “provavelmente por ser uma figura masculina, que teve um papel central para unificar a nação dividida pela questão escravista, mesmo entre a comunidade afro-americana até hoje não houve a emergência de outra figura que pudesse se contrapor à memória de Lincoln como o grande emancipador” (p. 473).

Breves comentários

Temos a consciência de que não conseguimos apresentar toda a riqueza do texto. No entanto, temos certeza de que a leitura destes estratos despertará nos leitores (as) o desejo de visitar o livro, que traz uma riqueza analítica e informações preciosas nas inúmeras notas de rodapé.

Entre as inúmeras qualidades de *Tornando-se livre* aponto, primeiramente, a cuidadosa estrutura interna do texto: cada artigo prepara e, de certa maneira, antecipa elementos que serão tratados no seguinte. Elege como eixo de análise as mais diversas conexões entre a abolição e o protesto escravo. Rompendo com uma perspectiva analítica, que coarcta a análise da abolição a dimensão parlamentar e aos debates da imprensa.

Tornando-se livre recolhe o que há de novidade nos estudos sobre a abolição e o pós-abolição, combinando horizontes da história Atlântica com as da micro-história, buscando sempre entender o sentido da escravidão e da liberdade em sociedade escravista. Intencionalidade, que possibilitou aos autores(as) resgatarem a história de homens e mulheres, cuja luta, trabalho e resistência permaneceram silenciadas de diversas maneiras na nossa história.

Ao longo do percurso, um dos cuidados foi o de superar, romper com estruturas analíticas dicotômicas entre abolição e emancipação, abolição e pós-abolição, migração e escravidão.

Os leitores que percorrerem o texto do início ao fim renovarão a compreensão da dinâmica que antecede a abolição, da abolição mesma e do pós-abolição. Mas, principalmente, identificarão as raízes de desafios que ainda hoje perduram na sociedade brasileira. Com frequência, lemos nos jornais notícias sobre trabalho escravo e trabalho escravo infantil. Fato que nos remete à elite escravista do tempo do Império, que naturalizara de tal modo a escravidão que buscou de todos os modos estender ao longo do tempo os laços senhoriais e paternalistas até sobre o uso dos serviços dos ingênuos (p. 191).

Essa mentalidade escravista modernizada perdura, ainda hoje, entranhada na alma da nossa elite. Nos tempos que corre, temos presenciado manifestações claras dessa ideologia escravista.

Tornando-se livre aponta diversas veredas a serem trilhadas pela historiografia, como problemas ligados ao tráfico interno, ao significado do fim da escravidão para a formação da sociedade brasileira no Império e na República (p. 126; p. 334), entre outras.

Digno de nota o fato de a Editora da Universidade São Paulo (EDUSP) trazer as inúmeras e importantes notas ao pé da página, facilitando e muito a recepção do texto. Acrescente-se, ainda, a cuidadosa seleção dos artigos realizada por Maria Helena P. T. Machado e Celso Thomas Castillo.

Tornando-se livre combina um meticuloso trabalho de pesquisa bibliográfica e em arquivos com a visão e a abrangência de uma historiografia renovada, que abre a possibilidade de entrarmos em contato com novas agendas teóricas e metodológicas, facilitadoras de um refinamento da compreensão do sentido da escravidão e da liberdade em sociedades escravistas.

Recebido: 21/07/2017

Aprovado: 10/10/2017